

Obras paradas

Dois ministérios - Transportes e Integração Nacional - somam 548 obras paradas em todo o País. São 322 no primeiro e 226 no segundo. Embora não sejam as únicas a abrigar tal tipo de problema, as duas pastas lideram o ranking do abandono, cujas causas são variadas. Vão da falta de planejamento a erros de dimensionamento, irregularidades como superfaturamento e descontinuidade administrativa.

O desperdício segue impune de governo a governo. Não por amnésia. Vez ou outra, surge uma comissão de investigação no Congresso, o Tribunal de Contas da União choca o País com relatórios do descalabro, a imprensa cobra soluções, mas a coleção de obras inacabadas parece não ter fim. Cresce no rastro do descaso com o dinheiro público, de mudanças abruptas de prioridades com as trocas de governantes.

Em 1995, comissão especial do Senado identificou 2.214 projetos que tiveram sua execução abandonada, estimando o prejuízo em R\$ 15 bilhões, em valores da época. Há dois anos, uma CPI da Câmara foi extinta em meio a denúncias de extorsão de empreiteiras por deputados. Hoje, nem sequer há números globais que permitam dimensionar o problema com precisão. Mas apenas a usina nuclear Angra 3, paralisada há cerca de 18 anos, consome em torno de US\$ 20 milhões anuais - conforme consta em relatório do TCU - na conservação de equipamentos e manutenção dos canteiros de obras. Além dos gastos elevados, há os recursos públicos investidos sem retorno para a sociedade.

O pior é que não há solução à vista. A conclusão da BR- 020, por exemplo, não está prevista no Plano Plurianual de investimentos elaborado pelo governo Lula. O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, explica que foi dada prioridade a obras em que fosse possível atender à população “com menos dinheiro e em pouco tempo”.

Trata-se de critério razoável. Também seria bom que houvesse acompanhamento permanente do TCU, como prevenção contra o surgimento de novas irregularidades, e que se estancasse de vez o crescimento desse passivo, cuja solução se torna cada vez mais complexa e distante. Agora mesmo, empreiteiras estão cobrando do governo dívidas de cerca de R\$ 450 milhões, acumuladas desde o ano passado, e ameaçam parar as obras rodoviárias federais em execução se o pagamento não for retomado nos próximos dias. Fechar logo esse ralo é questão de economia nacional.

Correio da Paraíba – 5/11

A preço de banana

Helayne Boaventura e César Henrique Arrais, da equipe do Correio

Enquanto os ministros reclamam da falta de verba para investir em projetos essenciais, por inoperância ou incompetência o governo federal deixa de arrecadar dinheiro com os imóveis da União. A descoberta foi feita por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) ao checar o trabalho de fiscalização feito por órgãos federais em Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os técnicos constataram que na hora de cobrar taxas dos imóveis, as gerências regionais de patrimônio erraram contas, subvalorizaram o preço de imóveis ou cobraram aluguéis muito abaixo do preço de mercado. A situação caótica fez o tribunal iniciar uma megaoperação em nove estados para flagrar irregularidades semelhantes. O trabalho termina em três semanas. O resultado de um dos três projetos-piloto — a investigação feita em imóveis de Alphaville, uma das regiões mais valorizadas de São Paulo — será julgado pelo plenário do TCU na próxima quarta-feira. Os técnicos estimam que a Gerência Regional do Patrimônio da União no estado de São Paulo deixou de arrecadar pelo menos R\$ 2 milhões anuais ao subvalorizar imóveis da região de Alphaville. A auditoria constatou que a gerência cobrava de propriedades comerciais e empresariais taxas com base no valor dos imóveis, desvalorizados em até 70% se comparados ao preço de mercado. Nesses casos, a União é coproprietária do terreno e cobra uma taxa pelo uso de sua metade do solo.

O julgamento do material recolhido no Rio de Janeiro ainda não tem data marcada, mas a previsão é de que corra até dezembro. A auditoria feita em imóveis da Gerência Regional do Patrimônio da União no estado do Rio aponta dados ainda mais estarrecedores. Os técnicos descobriram que moradores de casas pertencentes à União localizadas em bairros nobres da capital, como o Jardim Botânico e a Urca, pagam seis vezes menos que o valor médio e aluguel. Em vários casos, os auditores encontraram moradores que pagam apenas R\$ 60, quando o aluguel em imóveis da região não custa menos de R\$ 400.

A auditoria feita em Pernambuco foi a única a ser julgada até agora e mostrou erros tão evidentes que fez o tribunal ampliar a investigação antes mesmo de julgar os outros dois projetos-piloto. Os técnicos identificaram irregularidades em 20 dos 32 processos selecionados. Em 62% dos casos, foi detectado um problema prosaico: os funcionários responsáveis por cobrar as taxas erraram as contas. E por uma causa ainda mais espantosa: os cálculos não foram feitos no computador. A equipe de auditores selecionou os processos a partir de cópias das cadernetas de avaliadores da gerência regional.

O acórdão (a sentença) do TCU diz que não houve prejuízo para a arrecadação, mas as irregularidades afrontam o “princípio da igualdade dos administrados”. Isso quer dizer que os enganados só não causaram prejuízo à União porque os funcionários cobraram mais de quem não merecia.

Ao detectar o problema, o TCU pediu à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a quem a gerência de Pernambuco está subordinada, que fiscalize todos os órgãos regionais. Para o caso julgado, os ministros recomendaram 12 providências, entre elas a “supervisão recíproca dos cálculos”, ou seja, a revisão das contas e o uso de uma planilha eletrônica, programa disponível em quase todas as residências que têm computador.

NO DISTRITO FEDERAL

O patrimônio público no Distrito Federal ainda não foi alvo das auditorias do TCU. Mas, a gerência regional da SPU está fazendo um levantamento próprio sobre a situação dos 1.860 apartamentos funcionais mantidos pelo governo federal no DF e planeja vendê-los. Segundo Marco Antônio Zopelar, gerente regional da SPU, o órgão está particularmente preocupado com os imóveis que ele considera “inabitáveis”.

A SPU ainda não fechou o levantamento, mas Zopelar estima que os apartamentos sem condições de moradia batem na casa de uma centena. “O grau de destruição é tamanho que não há dinheiro na SPU para reformá-los”, explicou. Após a conclusão do estudo, o gerente vai sugerir ao Ministério do Planejamento que os imóveis sejam vendidos. “Se não houver dinheiro para a reforma, é melhor vendê-los, para que não seja necessário ficar arcando com custos de taxas e de condomínio”, disse. Segundo dados do Tesouro Nacional, são gastos R\$ 6,2 milhões anuais com a manutenção dos imóveis funcionais do DF.

SANTA CATARINA, ESPÍRITO SANTO, PARANÁ, BAHIA, CEARÁ E MARANHÃO TAMBÉM ESTÃO SENDO INVESTIGADOS PELO TCU

O grau de destruição é tamanho que não há dinheiro na SPU para reformá-los

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO É PRIORIDADE

O alvo da fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) são os imóveis sob a tutela da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Além da SPU, outros órgãos como os comandos militares, INSS, Dnocs e Funai são donos de imóveis federais. A SPU administra cerca de 525 mil imóveis. Porém, não serão investigados 24.750 imóveis do governo federal onde funcionam as repartições públicas. São os chamados imóveis afetados ao serviço público. Estão incluídos também os apartamentos funcionais utilizados por deputados e senadores.

Os técnicos do TCU estão de olho nas 500 mil propriedades restantes da SPU, os chamados imóveis dominiais. Estão na lista prédios abandonados, terrenos de empresas federais extintas, fazendas expropriadas, propriedades que ficaram para a União por falta de herdeiros.

Em 99% dos casos dos imóveis dominiais, a União é coproprietária do terreno. Quem compra a outra metade assina um contrato com o governo. Pelo regime de aforamento, o morador tem de pagar uma vez por ano uma espécie de Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU) à União, que corresponde a 0,6% do valor do terreno. No caso de regime de ocupação, o co-proprietário paga por ano entre 2% e 5% do valor do terreno. Os cerca de 5 mil imóveis restantes estão alugados (cerca de 2.500), arrendados (em que se paga o aluguel de terra sem construção), cedidos ou vagos.

Correio Braziliense – 7/11

Como os presídios viram escolas do crime

Deire Assis

Auditoria realizada por analistas da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), do Tribunal de Contas da União (TCU), prova por que os presídios brasileiros são considerados verdadeiras escolas do crime. Encarcerados, os presos passam os dias ociosos. Não têm educação, capacitação profissional, trabalho e renda, direitos previstos na Lei de Execuções Penais (LEP – Lei 7.210/84) e tidos como indispensáveis numa política penitenciária que objetiva reinserir o criminoso na sociedade. No documento oficial,

Goiás aparece entre os Estados que apresentam os piores índices de participação de presos em atividades escolares.

Conforme a pesquisa, em agosto do ano passado apenas 7% da população carcerária do Estado (hoje composta aproximadamente por 6,5 mil presos) estudava. Situação semelhante foi encontrada no Espírito Santo, no Acre, em Rondônia, no Amazonas e no Pará (veja quadro). A auditoria, que foi realizada nos meses de agosto e setembro do ano passado, teve como referência os programas desenvolvidos nas áreas educacional, de qualificação profissional e de trabalho entre 2000 e 2002.

Segundo o trabalho, a qualificação profissional destinada aos presos de Goiás e em 2001 “se aproximava de zero (os dados se referem ao número de cursos por grupo de 100 presos ministrados em 2001).” Quadro semelhante só foi observado em outros três Estados: São Paulo (que mantém em seus presídios 40% dos presos do País), Pernambuco e Sergipe.

Os dados comprovam que o atual modelo em uso nos presídios, onde as autoridades simplesmente encarceram o criminoso a área de segurança, não atende ao projeto de recuperação do preso. Ao contrário, alimenta a reincidência. Em Goiás, quase metade dos presos do sistema prisional (40,36%) volta a cometer crimes. “Os condenados deixam a penitenciária qualificados. Não falo em qualificação profissional. Eles saem qualificados na atividade criminosa. Quem entra por furto sai especialista em roubo, em assalto”, analisa o juiz Wilson da Silva Dias, titular da Vara de Execuções Penais.

ANALFABETOS

De acordo com a auditoria promovida pelos analistas do Seprog, no Brasil, de 100.440 presos, 77% não estudam. No Estado do Paraná, que apresenta melhor diagnóstico nessa área, 31% dos detentos têm acesso a estudo. Levantamento feito pela atual presidência da Agência Goiana do Sistema Prisional revela que nada menos que 74% da população carcerária do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia é analfabeta ou semi-alfabetizada. Pela LEP, o Estado tem obrigação de alfabetizar os analfabetos em presídios, assim como oferecer vagas no ensino fundamental.

A auditoria concluiu que o processo de qualificação profissional dos presos, que pressupõe a elevação da escolaridade, a educação profissional, o trabalho e a renda, “não tem obtido os resultados esperados em relação à ampliação da capacidade produtiva dos sentenciados, nem tem contribuído para a melhora da auto-estima e do convívio social dos presos.